

Proposta Preliminar de Resolução Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Versão #1.2 – 23/03/2007

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Cadastro Nacional de Florestas Públicas, interligado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural, é integrado:

I - pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União (CFPU);

II - pelos cadastros de florestas públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO II DO CADASTRO de FLORESTAS PÚBLICAS DA UNIÃO

Art. 2º As florestas localizadas em terras sob domínio da União devem ser inscritas no CFPU, inclusive as localizadas em terras devolutas.

Parágrafo único. No caso das florestas públicas mencionadas nos §§ 3º e 4º do art. 2º do Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007, caberá ao órgão gestor da respectiva floresta solicitar o seu cadastramento.

Art. 3º O Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União é composto por florestas públicas em três estágios:

I – identificação, onde constarão polígonos georreferenciados de florestas plantadas ou naturais, localizadas em terras de domínio da união;

II – delimitação, quando os polígonos das florestas públicas federais serão averbados nas matrículas dos imóveis;

III – demarcação, quando os polígonos das florestas públicas federais serão materializados no campo e os dados georreferenciados serão inseridos no Cadastro Geral de Florestas Públicas da União

Seção I Do estágio de identificação

Art. 4º No estágio de identificação, as florestas públicas localizadas em imóveis urbanos ou rurais matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista federais, no estágio de identificação, serão estratificadas em três categorias:

I – floresta pública afetada (FPA), que indica que a floresta pública possui uma destinação específica;

II – floresta pública dominical (FPD), que indica que a floresta pública não foi destinada à utilização imediata pela sociedade, por usuários de serviços ou bens públicos ou por beneficiários diretos de atividades públicas;

III – floresta sem definição de propriedade ou destinação (FSD).

§ 1º A inclusão de FPA e FPD no CFPU será comunicada, por meio de ofício, ao respectivo órgão gestor.

§ 2º A inclusão de FSD no CFPU será comunicada, por meio de ofício, ao Incra, à Secretaria do Patrimônio da União – SPU e aos órgãos de terra estaduais.

§ 3º No estágio de identificação, será atribuído um código a cada floresta pública.

Art. 5º A identificação das florestas públicas da União dar-se-á com o georreferenciamento com precisão e projeção equivalente ou superior as cartas topográficas na escala 1:250.000 editoradas pelo Exército Brasileiro ou Pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 6º Serão identificadas as florestas públicas a partir dos dados sobre bens públicos e sobre as tipologias e classes de cobertura florestal editada pelo IBGE, conforme normas técnicas do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 7º Apenas o estágio de identificação aplica-se às seguintes florestas públicas:

I - áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas;

II - unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidades que não exijam a desapropriação.

Parágrafo único. As florestas mencionadas no caput deste artigo serão incluídas sumariamente no CFPU, independente da sua cobertura vegetal e uso da terra.

Art. 8º O Serviço Florestal Brasileiro solicitará ao INCRA e a Secretária de Patrimônio da União à abertura de processo discriminatório para arrecadação das terras, quando não identificados os proprietários de florestas cadastradas.

Seção II

Do estágio de delimitação

Art. 9º. Na fase de delimitação a floresta pública da união terá seu polígono averbado junto a matrícula do Registro de Imóveis.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, o Serviço Florestal Brasileiro deverá identificar o número da matrícula no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º Será encaminhado ao respectivo Cartório de Registro de Imóveis o requerimento da averbação do polígono da floresta pública delimitada, por meio de ofício do Diretor-Geral, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

§ 3º No CFPU constará o número da matrícula do Registro de Imóveis e os dados do respectivo Cartório de Registro de Imóveis onde foi realizada a averbação da Floresta Pública Federal.

Art. 10. O Serviço Florestal Brasileiro informará a conclusão do processo de averbação ao gestor do imóvel onde se localiza a Floresta Pública Federal.

Art. 11 Na estágio de delimitação, a estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento das florestas públicas da União seguirão a Norma da Cartografia Nacional, de estruturação de dados geoespaciais vetoriais, referentes ao mapeamento terrestre básico que compõe a Mapoteca Nacional Digital, homologada pela Resolução da Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR nº 1, de 2 de agosto de 2006.

Art. 12. A delimitação gráfica e o memorial descritivo das áreas de florestas públicas da União deverão conter as seguintes informações:

I - Descrição do perímetro e confrontações no sentido direito (sentido horário);

II - Azimute e distância entre os vértices;

III - Meridiano Central (MC) da região, tendo como referencial planimétrico o Datum SAD69 até a adoção oficial do Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000).

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, todas as florestas públicas da União deverão ser georreferenciadas com precisão e projeção equivalente ou superior às cartas topográficas de maior escala editoradas pelo Exército Brasileiro ou pelo IBGE, de acordo com o Decreto nº 89.817, de 20 de junho de 1984.

Seção III

Do estágio de demarcação

Art. 13. No estágio de demarcação, os polígonos das florestas públicas federais serão materializados no campo e os dados georreferenciados serão inseridos no CFPU.

Art. 14. A demarcação das Unidades de Manejo será realizada em campo, com a implantação de marcos físicos.

Parágrafo único. Os parâmetros físicos de implantação dos marcos seguirão normalização específica do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 15. Caso previsto no edital de licitação, a demarcação será feita pelo concessionário dentro dos limites de coordenadas da respectiva Unidade de Manejo.

Parágrafo único. Os dados resultantes da demarcação deverão ser encaminhados ao Serviço Florestal Brasileiro, conforme normas técnicas.

Seção IV

Da situação cadastral

Art. 16. São situações cadastrais das florestas públicas da União inscritas no CFPU:

- I** - ativa;
- II** - pendente;
- III** - inativa.

§ 1º É considerada em situação pendente, perante o CFPU, a floresta pública que não atender aos requisitos desta Instrução Normativa.

§ 2º A floresta pública da União classificada na situação pendente retornará à situação ativa, quando sanadas as causas da alteração de sua situação cadastral.

§ 4º É considerada em situação inativa, no CFPU, a inscrição da floresta pública:

- I** - em que houver o reconhecimento de direito de propriedade anterior a Lei nº 11.284, de 6 de março de 2006;
- II** - ocorrer a transferência ou reconhecimento de propriedade a outro ente da federação.

Seção V Das alterações do Cadastro

Art. 17. O CFPU será atualizado sempre que necessário.

Parágrafo único. As alterações de dados cadastrais, bem assim de inscrição, cancelamento ou reativação de inscrição de floresta pública da União no CFPU devem ser apreciadas e aprovadas pelo Conselho Diretor do Serviço Florestal Brasileiro.

Art. 18. Será disponibilizada na Internet, de forma destacada, as alterações no Cadastro de Florestas Públicas da União, em especial àquelas que visem o seguinte:

- I** – desmembramento, parcelamento, incorporação ou remembramento de bens;
- II** – transferência de direitos a qualquer título.

Art. 19. Os dados cadastrais de floresta pública da União inscrito no CFPU que forem considerados inconsistentes serão objeto de alteração.

Art. 20. Em casos de alteração da situação cadastral da floresta pública para inativa, será publicado o ato declaratório cancelando a inscrição no qual constarão, o nome, a área total e o código da floresta pública da União, assim como o motivo do cancelamento.

CAPÍTULO II DA INTERLIGAÇÃO COM O SISTEMA NACIONAL DE IMÓVEIS RURAIS

[Em elaboração – tratará da forma de interligação do CNFP com o SNIR]

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO NACIONAL DE FLORESTAS PÚBLICAS

[Em construção - tratará das informações que o comporão e do compartilhamento com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios]

CAPÍTULO V DA DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Para fins de publicação de dados o Cadastro Nacional de Florestas Públicas poderá adotar Projeções Cartográficas compatíveis ao seu sistema de informação.

Art. 22. O Relatório Anual de Atividades do Serviço Florestal Brasileiro conterà um sumário com as informações sobre as florestas cadastradas no CFPU, a situação cadastral, nome, localização, área e matrícula no Registro de Imóveis.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.